



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

CORTE ESPECIAL

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 271.425-6

IMPETRANTE: ELIÂNGELA MAGILENE DE ANDRADE

IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

ADMINISTRATIVO - MANDADO DE SEGURANÇA - CONCURSO PÚBLICO - APROVAÇÃO FORA DO NÚMERO DE VAGAS - INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE VAGA EFETIVA DURANTE A VIGÊNCIA DO CONCURSO - AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA.

1. Preliminares. a) Ilegitimidade Passiva dos Secretários de Educação e Administração do Estado de Pernambuco. A nomeação, como ato do Governador do Estado, é necessariamente vinculada a precedentes atos da Secretaria responsável pelo concurso público relativos à convocação do candidato aprovado e que demonstrou estar habilitado ao exercício das atribuições funcionais, tendentes à viabilização do provimento do cargo. Rejeitada. b) Falta de Interesse de Ação. Não há que se falar em carência de ação por falta de interesse de agir da parte Impetrante, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não exige o esgotamento da via administrativa para o ajuizamento de ação judicial. A questão referente ao direito de nomeação da parte Impetrante deverá ser julgada por ocasião da análise do mérito da demanda, uma vez satisfeitas todas as condições da ação. Rejeitada.

AR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

256 fl.

2. Mérito. Não ficou comprovada, nos documentos acostados aos autos, a existência de vaga efetiva durante a vigência do concurso para a disciplina de língua portuguesa no Município de Serra Talhada/PE, sendo necessário, para tanto, que haja dilação probatória, o que não se admite em via mandamental.
3. Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos das Súmulas ns. 105 do STJ e 512 do STF.
4. Ordem denegada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos o presente **Mandado de Segurança**, acordam os Excelentíssimos Desembargadores integrantes da **CORTE ESPECIAL** deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, **rejeitar as preliminares suscitadas** e, no mérito, **denegar a segurança perseguida**, tudo nos termos do voto do Relator e Notas Taquigráficas, que passam a fazer parte integrante do presente aresto.

Recife, 26 de

Maio

de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

CORTE ESPECIAL

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 271.425-6

IMPETRANTE: ELIÂNGELA MAGILENE DE ANDRADE

IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança, com pedido de liminar, impetrado por **ELIÂNGELA MAGILNE DE ANDRADE** contra ato omissivo praticado pelo Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e Governador do Estado de Pernambuco, no qual visa à sua nomeação e posse no cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Estadual de Educação, Professor de Português, para a GRE Sertão do Pajeú/Serra Talhada, sob o argumento de que obteve aprovação - não ocupante de vaga - no concurso para o aludido cargo e até o momento não foi nomeada, apesar da existência de vacância pela aposentadoria e contratações temporárias para o cargo que concorreu e que foi aprovada.

Às fls. 123/145 o Secretário de Educação prestou informações alegando, em preliminar, a sua Ilegitimidade Passiva e a do Secretário de Administração e a Falta de Interesse de Ação. E, no mérito, aduz a ausência de direito líquido e certo e de lesão a direito, vez que é legítima e necessária a contratação de temporários na área de educação, sendo

AR



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

possível a contratação de professores temporários durante a vigência de concurso válido, assim como aduz que a aprovação fora do número de vagas oferecidos no edital não gera direito subjetivo à nomeação.

Pugna, por fim, preliminarmente, (i) pela declaração de ilegitimidade passiva dos Secretários de Educação e Administração do Estado de Pernambuco, e a ausência do interesse de agir, extinguindo o presente feito quanto a estas partes, nos termos do art. 267, VI, do CPC, e; (ii) denegação da segurança, e, (iii) alternativamente, restringir o cumprimento de eventual acórdão de concessão de segurança no que diz respeito à posse ao respectivo trânsito em julgado, desde que observada, ainda, a ordem classificatória e a aprovação dentro das vagas ofertadas e/ou a conveniência administrativa na formação do vínculo estatutário à época do seu cumprimento.

Às fls. 147/169 o Secretário de Administração prestou informações idênticas as do Secretário de Educação.

O Governador do Estado de Pernambuco não apresentou informações, conforme certidão de fl. 197.

Às fls. 183/190 a Procuradoria Geral de Justiça ofertou parecer pugnando, preliminarmente, pela rejeição das preliminares e, no mérito, pela denegação da segurança.

É o relatório.

Inclua-se em pauta.

Recife, 06 de Maio de 2014.


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

CORTE ESPECIAL

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 271.425-6

IMPETRANTE: ELIÂNGELA MAGILENE DE ANDRADE

IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO PRELIMINAR (I) - Ilegitimidade Passiva dos Secretários de Educação e Administração do Estado de Pernambuco

Os Secretários de Educação e Administração do Estado de Pernambuco aduzem, em preliminar, as suas Ilegitimidades Passivas para figurarem no feito ao argumento de que *"não terem ingerência sobre o ATO ora pretendido pela Impetrante, qual seja sua nomeação ao Cargo Público de Professora, o qual conforme prescrito na Constituição Estadual é da competência do Governador do Estado, no âmbito de suas atribuições."*

A parte impetrante persegue a sua nomeação e posse no cargo público de professor da rede estadual. Ocorre que, pela dicção expressa no art. 37, VIII, da Constituição Estadual, **compete privativamente ao Governador do Estado o ato de nomeação, in verbis:**

*"Art. 37. Compete privativamente ao Governador do Estado:
[...] VIII - prover os cargos públicos na forma da lei;"*

No entanto, o ato de nomeação pelo Governador do Estado depende de atos precedentes dos Secretários de Educação e Administração do Estado de Pernambuco, conforme jurisprudência firmada pelo Primeiro Grupo de Câmaras Cíves deste Tribunal, sob a Relatoria do Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, vejamos:

"EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL.
ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO.

AR

203 Agl



204 Agl

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. PRETERIÇÃO DE CANDIDATA REGULARMENTE APROVADA EM CONCURSO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO QUE DEMONSTRE O PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DOS CONTRATOS TEMPORÁRIOS PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO. OMISSÃO DE ATOS TENDENTES À CONVOCAÇÃO DA IMPETRANTE AO PROVIMENTO DO CARGO. CONCESSÃO PARCIAL DA SEGURANÇA. 1. Não merece acolhida a suscitação de questão de ordem relativa à ilegitimidade dos Secretários de Administração e Educação do Estado de Pernambuco em figurar no pólo passivo do presente mandamus, porquanto a hipótese fática não versa sobre ato comissivo do Governador do Estado, voltando-se a presente insurgência contra ato omissivo dos Secretários em convocar a impetrante ao provimento do cargo para o qual foi aprovada em concurso público. 2. Destaque-se que a nomeação, como ato do Governador do Estado, é necessariamente vinculada a precedentes atos da Secretaria responsável pelo concurso público relativos à convocação do candidato aprovado e que demonstrou estar habilitado ao exercício das atribuições funcionais, tendentes à viabilização do provimento do cargo. (...)."
(TJPE, MS nº 216.477-2, 1º Grupo de Câmaras Cíveis, Rel. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo, d.p 09/12/11)

Assim, o prosseguimento do writ sem a manutenção das referidas Autoridade (Secretários de Educação e Administração) apontadas como Coatoras no pólo passivo acarretaria prejuízo à Impetrante, tendo em vista que na hipótese de ser concedida a segurança poderia ter-se uma decisão inexecutável.

Isto posto, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva "*ad causam*" dos Secretários de Educação e Administração do Estado de Pernambuco.

É como voto.

Recife, 26 de

2014
Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

205 Agl

CORTE ESPECIAL

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 271.425-6

IMPETRANTE: ELIÂNGELA MAGILENE DE ANDRADE

IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO PRELIMINAR (II) - Falta de Interesse de Ação

As Autoridades Coatoras suscitam a falta de interesse de agir da Impetrante, porquanto inexiste pretensão resistida a ser apreciada pelo Poder Judiciário.

Não há que se falar em carência de ação por falta de interesse de agir da parte Impetrante, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro não exige o esgotamento da via administrativa para o ajuizamento de ação judicial.

Portanto, tem-se que a referida preliminar merece ser rejeitada, porquanto, conforme preconiza a teoria da asserção, as condições da ação devem ser analisadas, em tese, por ocasião da leitura da petição inicial e, no caso dos autos, não haveria alternativa à Impetrante, senão o ingresso do presente *mandamus*, caso as autoridades apontadas coatora, de fato, tenham se omitido em relação ao seu direito líquido e certo de nomeação no referido cargo.

A questão que se refere ao direito atual de nomeação da Impetrante deverá ser julgada por ocasião da análise do mérito da demanda, uma



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

vez satisfeitas todas as condições da ação, em consonância, inclusive, com o parecer ofertado pela d. Procuradoria Geral de Justiça às fls. 183/190.

Isto posto, **rejeito** a preliminar de ausência de interesse processual suscitada.

É como voto.

Recife, 26 de *março* de 2014


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

208 Agl

CORTE ESPECIAL

MANDADO DE SEGURANÇA N.º 271.425-6

IMPETRANTE: ELIÂNGELA MAGILENE DE ANDRADE

IMPETRADOS: SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO, SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO

RELATOR: Des. Agenor Ferreira de Lima Filho

VOTO DE MÉRITO

Conforme relatado, trata-se de mandado de segurança impetrado por ELIÂNGELA MAGILNE DE ANDRADE contra ato omissivo praticado pelo Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e Governador do Estado de Pernambuco, no qual visa à sua nomeação e posse no cargo de Professor do Quadro Permanente de Pessoal do Sistema Público Estadual de Educação, Professor de Português, para a GRE Sertão do Pajeú/Serra Talhada, sob o argumento de que obteve aprovação - não ocupante de vaga - no concurso para o aludido cargo e até o momento não foi nomeada, apesar da existência de vacância pela aposentadoria e contratações temporárias para o cargo que concorreu e que foi aprovada.

Da análise dos argumentos lançados pela Impetrante e da documentação acostada aos autos, antecipo, de logo, não reunir a Impetrante razão em seu propósito.

O Supremo Tribunal Federal sedimentou o entendimento de que, havendo vaga e candidatos aprovados em concurso público vigente, o exercício precário, por comissão ou terceirização, de atribuições próprias



209 Agl

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

de servidor de cargo efetivo, seja em virtude de vacância decorrente de exoneração, demissão, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável ou falecimento, seja pela realização de novo concurso público dentro do prazo de vigência do certame anterior, faz nascer para os concursados o direito à nomeação, por imposição do art. 37, inciso IV, da Constituição Federal.

O direito subjetivo à nomeação de candidato aprovado em concurso vigente somente surge quando, além de constatada alguma das situações referidas acima, restar comprovada a existência de cargo efetivo vago.

Na mesma linha pacificou o Superior Tribunal de Justiça:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. CANDIDATO CLASSIFICADO FORA DO NÚMERO DE VAGAS OFERECIDAS PELO EDITAL. EXPECTATIVA DE DIREITO. SURGIMENTO DE NOVAS VAGAS DURANTE O PRAZO DE VALIDADE DO CERTAME. ABERTURA DE NOVO CERTAME AINDA NA VALIDADE DO ANTERIOR. EXPECTATIVA DE DIREITO QUE SE CONVOLA EM DIREITO LÍQUIDO E CERTO. EXAME DAS REGRAS DO EDITAL. ÓBICE DAS SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. (...). 2. O STJ adota o entendimento de que a mera expectativa de nomeação dos candidatos aprovados em concurso público (fora do número de vagas) convola-se em direito líquido e certo quando, dentro do prazo de validade do certame, há contratação de pessoal de forma precária para o preenchimento de vagas existentes, com preterição daqueles que, aprovados, estariam aptos a ocupar o mesmo cargo ou função. 3. Tal direito também se manifesta quando, durante o prazo de validade do concurso, demonstrado o interesse da Administração Pública, surgirem novas vagas, seja em razão da criação de novos cargos mediante lei, seja em



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

210 Agl

virtude de vacância decorrente de exoneração, demissão, aposentadoria, posse em outro cargo inacumulável ou falecimento, seja pela realização de novo concurso público dentro do prazo de vigência do certame anterior. 4. In casu, o Tribunal a quo consignou que foi aberto novo certame, na validade do concurso anterior, na mesma área que o impetrante concorrera - Química. Portanto, a expectativa de direito se convalidou em direito subjetivo à nomeação. 5. Por outro lado, para contrariar o estatuído pelo Tribunal a quo, acatando o argumento da recorrente de que "a abertura de novo edital não implicou em preterição do direito do recorrido, uma vez que decorreu da necessidade de preenchimento de vagas destinadas a localidades distintas daquelas em que especificamente o recorrido se inscreveu e concorreu", seria necessário examinar as regras contidas no edital, o que é impossível no Recurso Especial, ante os óbices contidos nas Súmulas 5 e 7 do STJ. 6. Agravo Regimental não provido." (GRIFEI)

(STJ - AgRg no REsp 1402265/PE, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 04/02/2014, DJe 07/03/2014)

A parte Impetrante apenas teria comprovado a necessidade de preenchimento de 01 (uma) vaga para professor de língua portuguesa no município de Serra Talhada, em decorrência da aposentadoria da professora Maria do Socorro Duarte de Oliveira, que atuava na área de Língua Portuguesa, conforme declaração de fl. 89, aposentada através da Portaria da FUNAPE nº 2537, de 30/07/11 (fl. 63).

No entanto, a Impetrante não comprovou que as professoras aposentadas Vera Lúcia Príncipe de Lima Nunes, Lady Claire e Maria Ivaneide de Melo, atuavam dentro da mesma especialidade - professor da língua portuguesa.

Já em relação à contratação temporária de Iara Cavalcanti Ferraz (fl. 92) também não restou comprovado em que especialidade atuaria.

AR

9



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Agenor Ferreira de Lima Filho

211 Agt

Por fim, inobstante a comprovada existência de 05 (cinco) vagas preenchidas por contratação temporária para a Escola Estadual Antônio Timóteo no Município de Serra Talhada (fl. 90), conforme declaração prestada pela Diretora Adjunta, Sra. Marilene Cavalcante Ferraz, matrícula nº 250.132-5, também não restou comprovado para qual especialidade – disciplina – seriam as contratações.

Portanto, no caso em análise, não ficou comprovada, nos documentos acostados aos autos, a existência de vaga efetiva durante a vigência do concurso para a disciplina de língua portuguesa no Município de Serra Talhada/PE, sendo necessário, para tanto, que haja dilação probatória, o que não se admite em via mandamental.

Face ao exposto, em consonância com o parecer de fls. 183/190 da Procuradoria Geral de Justiça, **denego segurança** perseguida.

Sem custas e sem honorários advocatícios, nos termos das Súmulas ns. 105 do STJ e 512 do STF.

É como voto.

Recife, 26 de Maio de 2014


Des. Agenor Ferreira de Lima Filho
Relator